

De 7 de Fevereiro de 2006 até ao presente — Directora de serviços de Monitorização Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, compreendendo a Divisão de Monitorização Ambiental e a Divisão de Laboratórios.

De 13 de Dezembro de 2004 a 6 de Fevereiro de 2006 — Vice-presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, tendo à sua responsabilidade o Gabinete Jurídico e de Auditoria e a Direcção de Serviços de Recursos Humanos e Financeiros.

De 24 de Abril de 2003 a 16 de Julho de 2004 e de 17 de Julho a 12 de Dezembro de 2004 — Assessora, equiparada a adjunta, do Ministro da Administração Interna, dos XV e XVI Governos Constitucionais, tendo sido requisitada à Inspeção-Geral de Finanças, com efeitos a 24 de Abril de 2003 e 17 de Julho de 2004, respectivamente. Nesse âmbito, exerceu funções junto do comando da Guarda Nacional Republicana, prestando assessoria em áreas diversificadas, das quais se destaca a preparação de diplomas legais, negociação e preparação de acordos internacionais, apoio ao funcionamento em áreas diversas — pessoal, finanças, protecção e conservação da natureza, operações, investigação criminal, relações públicas e internacionais.

De 20 de Março de 1996 a 23 de Abril de 2003 — Inspectora de finanças principal do quadro da Inspeção-Geral de Finanças, tendo desenvolvido a sua actividade na área do controlo da gestão pública (ex-Inspeção de Serviços Públicos), participando na realização de trabalhos de diversa tipologia em organismos públicos, visando o controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial, de acordo com os princípios da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira.

De Outubro de 1992 a 19 de Março de 1996 — Advogada, tendo realizado o estágio pela Ordem dos Advogados. Patrocinou processos nas áreas do Direito do Trabalho, Comercial, Civil, Penal e Administrativo. Consultora da Fundação Luís António Verney. Concomitantemente, tem desenvolvido a actividade de formadora profissional, tendo monitorizado acções de formação em diversos organismos públicos e empresas privadas.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 16 316/2006

1 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso das competências delegadas pelo despacho n.º 10 909/2006 (2.ª série), de 17 de Maio, do presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, subdelego na licenciada em Finanças Isabel Maria Laranjeira Simões da Silva Cordeiro Ferreira, directora dos Serviços Gerais, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

Autorizar despesas com empreitadas e com a locação e aquisição de bens e serviços a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 25 000, desde que inscritas em plano de actividades ou planos parcelares;

Superintender na elaboração da conta de gerência;

Assinar pedidos de libertação de créditos (PLC) às competentes delegações da Direcção-Geral do Orçamento;

Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, transferências de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica;

Assinar requisições oficiais de estampilhas para as bebidas espirituosas não vínicas à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

2 — O presente despacho ratifica todos os actos praticados, no âmbito dos poderes subdelegados, pela supra-referida dirigente entre 17 de Maio de 2006 e a data da publicação do presente despacho.

14 de Julho de 2006. — O Vice-Presidente, *Francisco Dias Lopes*.

Despacho n.º 16 317/2006

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, delego, relativamente ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 13 de Março de 2006, na licenciada Isabel Maria Laranjeira Simões da Silva Cordeiro Ferreira, directora dos Serviços Gerais da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, os poderes necessários para a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar despesas com empreitadas e com a locação e aquisição de bens e serviços a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 25 000, inscritas em plano de actividades ou planos parcelares;

b) Superintender na elaboração da conta de gerência;

c) Assinar pedidos de libertação de créditos (PLC) às competentes delegações da Direcção-Geral do Orçamento;

d) Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, a transferência de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica;

e) Assinar requisições oficiais de estampilhas para bebidas espirituosas não vínicas à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

2 — Ratifico os actos previstos no n.º 1 praticados no período compreendido entre 1 de Janeiro e 17 de Maio de 2006 pela supra-referida dirigente.

17 de Julho de 2006. — O Presidente, *António Nunes*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho (extracto) n.º 16 318/2006

Nos termos dos artigos 27.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e por despachos de 18 e de 21 de Julho de 2006, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais, da Direcção-Geral dos Recursos Florestais do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do director regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho, é autorizada a requisição pelo período de um ano, com efeitos reportados a 1 de Agosto de 2006, da técnica profissional de 1.ª classe Maria da Conceição Magalhães Teixeira, ficando a prestar serviço na Circunscrição Florestal do Norte. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Julho de 2006. — O Director de Serviços, *Paulo Freitas*.

Despacho (extracto) n.º 16 319/2006

Nos termos dos artigos 27.º e 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e por despachos de 31 de Maio e de 27 de Julho de 2006, respectivamente da subdirectora-geral dos Recursos Florestais, da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e do presidente do Instituto da Conservação da Natureza, é autorizado o destacamento do técnico de 1.ª classe Manuel Luís Costa Correia Rainha. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Julho de 2006. — O Director de Serviços, *Paulo Freitas*.

Instituto Nacional de Investigação
Agrária e das Pescas, I. P.

Despacho (extracto) n.º 16 320/2006

Por despacho de 6 de Junho de 2006 do presidente do INIAP e sob proposta da comissão coordenadora do conselho científico do ex-INIA, reunida em 5 de Junho de 2006, e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, conjugado com o n.º 3 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, foi nomeado o seguinte júri *ad-hoc* de verificação das condições de acesso à categoria de investigador principal requeridas pelo investigador auxiliar José Manuel Bento Santos Silva, na área científica de Sistemas e Técnicas de Produção Animal, com a composição a seguir indicada:

Presidente — João Manuel de Carvalho Ramalho Ribeiro, investigador-coordenador, EZN.

Vogais:

Investigador-coordenador Carlos Alberto Gonçalves Carmona Belo, EZN.

Professor catedrático José Manuel Abreu, aposentado, Universidade do Porto.

Professor catedrático Jorge Azevedo, UTAD.

Professor catedrático Luís Manuel Ferreira, FMV/UTL.

6 de Junho de 2006. — Pelo Presidente, a Directora de Serviços de Gestão e Administração, *Teresa Gonçalves*.